
**CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE
OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR
ATA DA 57ª REUNIÃO**

Data: 20 de junho de 2007

Local: Auditório da SRHU, Brasília-DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério das Cidades: ausência
- Ministério da Integração Nacional: José Luiz Miranda de Almeida (joseluiz.almeida@integracao.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente – ANA: Leonardo Mitre A. de Castro (mitre@ana.gov.br)
- Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Roberto Alves Monteiro (roberto.monteiro@mma.gov.br)
- Ministério das Minas e Energia: Eduardo de F. Madeira (madeira@mme.gov.br)
- Conselhos Estaduais - MG/ES: Marcelo Garcia Miranda Diniz (mdiniz@iema.es.gov.br)
- Conselhos Estaduais - SP/RJ: Leila de Carvalho Gomes (lgomes@sp.gov.br)
- Conselhos Estaduais - CE/BA: Luiz Henrique Pinheiro Silva (luiz.pinheiro@srh.ba.gov.br)
- Conselhos Estaduais - PB/PE: ausência
- Conselhos Estaduais - RN/AL: Vera Lúcia Lopes Castro (veracastro@rn.gov.br)
- Conselhos Estaduais - PI/SE: João Carlos Sandos da Rocha (jcsdrocha@yahoo.com.br)
- Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Teresa Maria Arruda Lana (teresa.lana@emae.sp.gov.br)
- Irrigantes: Lincoln Correa Curado (lincolncurado@terra.com.br)
- Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Erivelto Luiz Silveira (eriveltols@sanepar.com.br)
- Indústria: Patrícia H. G. Boson (tita@uaigiga.com.br)
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: ausência
- Organizações não Governamentais: Paulo Fernandes Cardoso (paulofernandes@copodhemfe.org.br)

DEMAIS PRESENTES:

- Agustin Trigo (ANA) – agustin.trigo@ana.gov.br
- Alexander Gonçalves da Silva (CEMIG / MG) - agsacomp@cemig.gov.br
- Cassius Ferreira Gariglio (NATURATINS / TO) - cassius@naturatins.to.gov.br
- Célia Maria Brandão Fróes (IGAM / MG) - celia.froes@igam.mg.gov.br
- Célia Regina Buono Palis Poeta (SMA / SP) - celiap@cetesbnet.sp.gov.br
- Diógenes Mortari (ADASA / DF) - diogenes_mortari@yahoo.com.br
- Eduardo Costa Carvalho (ADASA / DF) - eduardo.carvalho@adasa.df.gov.br
- Marcelo Pires da Costa (ANA) marcelo@ana.gov.br

RELATORIA CTPOAR:

- Raquel Scalia Alves Ferreira (SRHU/MMA) - raquel.scalia@cnrh-srh.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às 10h06 do dia 20 de junho do ano de dois mil e sete, sob a presidência da Sra. Leila de Carvalho Gomes (CERH/SP), procedeu-se à abertura da 57ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. A presidente agradeceu a presença de todos e diante do atraso dos vãos passou diretamente para o [Item 2 - Aprovação da Ata da 57ª](#)

51 [Reunião da CTPOAR](#). Não estando o documento concluído, passou-se para o [Item 3 –](#)
52 [Análise técnica da Resolução ANA nº 399/2004, encaminhada pela CTIL - apresentação, por](#)
53 [parte de representante da ANA, sobre a metodologia utilizada na Resolução ANA nº 399, de](#)
54 [2004](#). A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** agradeceu a ANA em ter atendido o convite, ao
55 ofício nº 18/2007/CTPOAR/CNRH/MMA e passou então a palavra ao **Sr. Agustín Trigo**
56 **(ANA)** que apresentou os cumprimentos da diretoria da ANA e iniciou sua palestra com um
57 breve histórico sobre o assunto, destacando: as características da Norma DNAEE nº 6/1994,
58 como a identificação do curso d'água, como unidade indivisível para fins de classificação
59 quanto ao domínio e a sua denominação nas cartas geográficas do IBGE, considerado como
60 critério principal na identificação. Quanto à análise para identificação e respectivamente o
61 domínio haveria um exame das correntes d'água de jusante para montante esclarecendo que
62 ao desaparecer para a montante a denominação do trecho de jusante, deveria ser considerado
63 aquele com a maior área de drenagem. Destacou as restrições de tal ato normativo, como a
64 insuficiência técnico-operacional da Norma para as necessidades do conjunto do território
65 nacional, destacando que a maior parte dos trechos do curso d'água na carta do milionésimo
66 não possuíam toponímia ou a apresentaria em duplicidade; ainda lembrou de toponímias
67 diferentes conforme a escala e a imprecisão do texto desse critério de determinação. Para
68 exemplificar a dificuldade apresentou o caso dos rios Huacha, Galvez e Javari, afluentes do
69 rio Solimões. Quanto a Resolução ANA nº 399, enfatizou o pressuposto de que o fato mais
70 importante seria a contribuição hídrica do corpo d'água e a evolução do conceito de curso
71 d'água principal onde não se consideraria a toponímia; que caracterizava imprecisão.
72 Comentou sobre as alternativas de critérios para a definição do curso d'água principal que
73 poderiam ter sido adotadas, como: maior aclave, maior trecho navegável, maior comprimento,
74 maior vazão e o adotado que foi a maior área de contribuição, sendo este um cálculo a partir
75 de um elemento objetivo, de mensuração viável, com dados disponíveis e que apresentaria
76 maior correspondência com a efetiva disponibilidade hídrica estando convergente com a Lei
77 nº 9.433/97 (bacia hidrográfica como unidade de gestão). Citou os procedimentos técnicos
78 adotados, sendo: aferição da área de contribuição a montante de cada confluência, de jusante
79 para montante, usando para isso a base hidrográfica IBGE 1:1.000.000; delimitação das bacias
80 de contribuição por trecho de curso d'água e a codificação pela metodologia de Otto
81 Pfaffstetter. Para a aplicação lembrou do uso da cartografia digital do IBGE tornando a base
82 topológica e hidrológicamente consistente, sendo unifilarizava (representação em uma única
83 linha) e discretizada por trecho de curso d'água entre confluências. Ainda para aplicação citou
84 a delimitação das bacias de contribuição para cada trecho de curso d'água e explicou a forma
85 de codificação do método Otto Pfaffstetter, destacando que esta já estaria sendo adotada por
86 diversos organismos internacionais. Aproveitou para enaltecer o trabalho elaborado por esse
87 engenheiro, diante da época em que foi feito. Comentou sobre os recursos técnicos e
88 operações necessárias para a aplicação da metodologia descrita como: uma plataforma SIG,
89 processamento automatizado para a codificação dos trechos, análise dos trechos e
90 identificação dos cursos d'água principais. Para exemplificar apresentou esquema ilustrativo
91 constando as saídas das informações, via tabelas, bem como as microbacias codificadas, que
92 assim alimentariam o SNIRH, podendo ser acessado por todos pelo endereço:
93 www.snirh.ana.gov.br/snirh.asp. Finalizados os comentários metodológicos o palestrante
94 passou a fazer breve relato do envolvimento desse Conselho com a Resolução ANA nº
95 399/2004. Citou o envolvimento da CTPNRH que em sua análise técnica considerou
96 pertinente a metodologia apresentada. Apresentou um levantamento do quantitativo de cursos
97 d'água atingidos pelas mudanças na metodologia, num percentual de 0,69%, sugerindo assim
98 uma pactuação de gestão junto aos estados atingidos com alteração da dominialidade, citando
99 alguns como: Rio Canoas-Pelotas-Uruguai, Rio São Francisco-Samburá, Rio Piracicaba, Rio
100 Iguaçu-Negro, Rio Preto-Paraibuna-Paraíba do Sul, estando este em tratativa. Comentou

ainda que a metodologia desejável seria a vazão, contudo devido aos problemas existentes de obtenção de dados, de série de vazão, dificuldades financeiras dos estados e a indisponibilidade de tecnologias mais avançadas, como a medição de vazão via satélite o mesmo se tornou inviável. Falou da necessidade dos estados em trabalhar com escalas menores que a apresentada para efetivamente observarem os cursos d'água de terceira ou quarta ordem, mas que isso não seria empecilho para o relacionamento entre as dominialidades. Lembrou ainda da capacidade operacional dos estados em elaborar essas análises e os devidos cuidados para a compatibilização. Finalizada a apresentação, foi passada a palavra a **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** que não quis discutir a validade da metodologia, bem como a do processo, mas lembrou que a gestão transcenderia a matemática, tendo um viés político intenso, usando como justificativa os procedimentos diferenciados da cobrança em várias bacias. Disse ainda que não seria fácil trocar uma dominialidade. Sobre o aspecto jurídico, lembrou que o responsável pela formulação da Política de Recursos Hídricos seria o CNRH, sendo mais adequada a publicação da resolução por esse Conselho, o que traria maior tranquilidade para a ANA. Continuou dizendo que a resolução deveria deixar claro que a pactuação partiria da premissa que a situação atual seria a melhor. Disse da necessidade de se definir o assunto, pois o mesmo já fora apresentado 3 vezes, devendo o CNRH trazer para si a responsabilidade, elaborando a proposta copiando a metodologia, com o adendo referente ao pacto, visando a manutenção da situação existente. Ainda sugeriu que não fosse utilizada a expressão mudança de dominialidade, assim usando um artifício para minimizar o impacto da expressão, podendo ser adotado a metodologia para a aplicação dos instrumentos de gestão. O **Sr. Roberto Monteiro (SRHU)** comentou que pela Lei nº 9.433/97 a competência do CNRH no trato dessa matéria estaria respaldada, contrariando a interpretação da legalidade da Resolução ANA nº 399/04. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** lembrou a todos que a discussão estaria sendo desviada, diante da solicitação feita pela CTIL, de uma análise técnica. Assim questionou se a CTPOAR estaria elaborando proposta de resolução sugerindo até modificações as quais a CTIL iria receber e assim ponderar sobre a parte jurídica. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** sugeriu que fosse enviada resposta a CTIL demonstrando que a CTPOAR estaria disposta a elaborar proposta de resolução juntamente com a CTPNRH, ou mesmo um parecer final contendo uma minuta de resolução, considerando a participação efetiva dos estados nessa CTPOAR. O **Sr. Luiz Pinheiro (CERH/BA)** ponderou sobre o quanto se pretendia modificar a Resolução ANA. Em seguida comentou sobre a forma de pactuação, alertando a impossibilidade de ser delegada a fiscalização, por não estar previsto em Lei. O **Sr. Diógenes Mortari (ADASA)** lembrou que a Resolução ANA definiria critério que implicitamente indicaria a autoridade outorgante, de acordo com a dominialidade. Disse que essa classificação causaria mudança na autoridade outorgante. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** lembrou a todos as atribuições dessa CT, enfatizando as ações reguladoras e a integração de procedimentos, não estando limitado ao instrumento outorga de direito de uso de recursos hídricos, o que justificaria a apreciação da matéria com foco nas ações e procedimentos, não discutindo a dominialidade. O **Sr. Roberto Monteiro (SRHU)** alertou quanto ao cuidado na simplicidade das interpretações. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** enfatizou os pontos positivos da pactuação no caso de existência de conflito, assim resolvendo-o não somente transferindo-o. Ainda discutiram sobre o ato legislativo adequado para tratar do tema, contudo a **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** informou que o mérito legal deveria ser analisado pela CTIL e que a CTPOAR focaria na análise da aplicação da metodologia e seu rebatimento nos instrumentos, procedimentos e ações de regulação. Seguindo a sugestão a **Sra. Vera Castro (CERH/RN)** falou dos casos obscuros, quanto ao tema, existentes no Estado do Rio Grande do Norte e disse que estaria apontando tais fatos na próxima reunião. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** esclareceu que a resolução em questão não apresentava os critérios no caso de reservatórios. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** lembrou

151 que os critérios apresentados também não abarcariam as áreas estuarinas e sugeriu a
152 colocação de critérios para esse caso na proposta de resolução a ser elaborada, a saber que a
153 CTCOST seria consultada, o que foi acatado pelo **Sr. Luiz Pinheiro (CERH/BA)** diante das
154 dificuldades vividas pelo Estado da BA. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** agradeceu a
155 presença do **Sr. Agustin Trigo (ANA)** e solicitou que continuasse a participar das próximas
156 reuniões para o aprimoramento da questão. [Item 4 - Apreciação do Ofício encaminhado pelos](#)
157 [representantes das ONGs nesta CT, datado de 18 de maio de 2007.](#) Para a iniciar a apreciação
158 da matéria a **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** esclareceu que o ofício fora entregue na última
159 reunião da CTPOAR, onde alguns esclarecimentos foram dados ao remetente do documento,
160 contudo estaria trazendo para o conhecimento e ponderação de todos. Em seguida fez a leitura
161 do documento. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** sobre o assunto em questão, referente a
162 disponibilização de informações, comentou que estas já estariam disponíveis nos *sites* das
163 instituições. O **Sr. Erivelto Silveira (Prestadoras)** colocou que sendo essas informações de
164 domínio público estariam tanto nos diários oficiais como nos *sites* das instituições. O **Sr.**
165 **Paulo Cardoso (ONGs)** esclareceu que essa forma de disponibilização não estaria
166 funcionando, pois a informação não alcançava todas as pessoas, afinal algumas não teriam
167 acesso a *internet*, bem como não causaria impacto para geração de discussão nos comitês de
168 bacia, sendo o ideal que o órgão gestor de recursos hídricos enviasse as informações. Então a
169 **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** questionou qual seria a forma ideal para essa
170 disponibilização. O **Sr. Paulo Cardoso (ONGs)** respondeu dizendo ser através de relatórios a
171 serem encaminhados com frequência mensal. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** disse que
172 isso não garantiria que a informação alcançasse a todos, pois estaria recebendo a informação
173 através do comitê onde haveria representante da sociedade civil, mas isso não garantiria que
174 esse repassaria a informação para todos. O **Sr. Leonardo Mitre (ANA)** sugeriu que o comitê
175 solicitasse as informações, via ofício, quando forem necessárias. A **Sra. Patrícia Boson**
176 **(Indústrias)** insistiu na necessidade de orientar os representantes da sociedade civil em seu
177 papel de difusor de informações, minimizando os erros de comunicação e assim fortalecendo
178 o sistema descentralizado e participativo. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** apontou suas
179 dúvidas quanto ao envio de informações, a saber que estas estariam disponíveis nos
180 respectivos *sites* institucionais e ponderou sobre a dificuldade de acesso a *internet*, que seriam
181 muitos poucos casos. Ressaltou que o problema estaria na utilização das informações e não na
182 sua disponibilização. A **Sra. Célia Poeta (SMA/SP)** enfatizou o papel disseminador de
183 informações que os representantes nos fóruns de discussão possuem e que isso fosse
184 esclarecido entre os representantes. A **Sra. Vera Castro (CERH/RN)** sugeriu que no ofício
185 resposta fossem inseridas informações sobre o SINGREH, a descentralização e uma
186 orientação sobre o papel do representante. O **Sr. João Carlos (CERH/SE)** sugeriu que fosse
187 citada também a Resolução CNRH nº 13. [Item 6 – Assuntos gerais.](#) Nesse momento foi dado
188 conhecimento sobre Ofício nº 96 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento
189 Sustentável da Câmara dos Deputados que encaminha Ofício nº 16 do Projeto Manuelzão que
190 refere-se a Deliberação Normativa COPAM nº 95, de 12 de abril de 2006, que dispõe sobre
191 critérios para o licenciamento de intervenções em cursos d'água de sistemas de drenagem
192 urbana no Estado de Minas Gerais, ofício esse que solicita que seja estudada a possibilidade
193 de adoção dos termos dessa DN para todo o país, a fim de evitar enchentes e o fim da biota
194 dos rios, por considerar que essa deliberação restringiria com rigor a retificação e canalização
195 de cursos d'água, excepcionalmente admitindo-a, para tanto exigindo a aprovação explícita do
196 Conselho de Políticas Ambientais. Dado o devido conhecimento, ponderaram sobre a
197 resposta, concluindo que a esta deveria ser técnica e para tanto caberia a elaboração de uma
198 Nota Técnica demonstrando que a DN apresentaria problemas por não ter sido construída
199 juntamente pelos sistemas de meio ambiente e de recursos hídricos, demonstrando a ausência
200 de integração, além da viabilidade de aplicação da regra para todo o país. Encaminhando

solicitaram que o **Sr. Leonardo Mitre (ANA)**, juntamente com a **Sra. Célia Fróes (IGAM/MG)** elaborasse minuta de parecer sobre o assunto para ser apreciado na próxima reunião, contando também com o auxílio da **Sra. Patrícia Bóson (Indústrias)**. Também foi comentado o Ofício de 29 de março de 2007, enviado pela FAO encaminhando a Carta de Princípios Cooperativos pela Água, onde acordou-se pelo envio de reposta apontando ações da CTPOAR que iriam de encontro aos compromissos da carta. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** solicitou a palavra para informar sobre a I Conferência da Indústria para o Meio Ambiente que contou com a participação de 400 delegados de todas as tipologias industriais que reuniram-se para discutir temas sobre meio ambiente e recursos hídricos, sendo para este último focando no PNRH e Cobrança, onde foram pactuadas seis acertivas em relação a essa temática, envolvendo também a hidreletricidade. Ressaltou os comentários existentes sobre cobrança, quanto ao gerenciamento desses recursos o que fragilizaria o sistema. Informou que as acertivas, após aprovação seriam disponibilizadas. A **Sra. Leila Gomes (CERH/SP)** ainda sobre o evento comentou o quanto foram ricas e interessantes as discussões ocorridas, estando disponíveis no *site* da FIESP. O **Sr. Erivelto Silveira (Prestadoras)** lembrando assunto apontado na última reunião da CTPOAR ocorrida em São Paulo, informou que a discussão envolvendo a SANEPAR que estaria sob análise da CTAS que, em sua última reunião, retificou o foco da discussão e assim aproveitou para parabenizar os trabalhos da CTAS e disse esperar que todo o conhecimento adquirido viesse a ser aproveitado e difundido para outras áreas. Aproveitou para informar que estaria no *site* da SANEPAR duas resoluções que foram elaboradas a partir da Lei de Saneamento, referentes aos procedimentos de outorga, visando sua simplificação e a metas progressivas. A **Sra. Vera Castro (CERH/RN)** informou que o Estado do Rio Grande do Norte estaria elaborando proposta de resolução visando a integração dos procedimentos de outorga de recursos hídricos com o licenciamento ambiental, estando assim alinhado com a Resolução CNRH nº 65. Ainda informou sobre o debate que estaria acontecendo referente aos procedimentos de outorga de lançamento de efluentes que considerariam o uso e ocupação dos solos. A **Sr. João Carlos (CERH/SE)** mencionou o ganho de espaço que os recursos hídricos obtiveram com a criação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos em seu Estado. Aproveitou para informar que no *site* da instituição já estariam, ferramenta *webgis*, todas as cartas e as outorgas do Estado. O **Sr. Luiz Pinheiro (CERH/BA)** informou que a Bahia estaria elaborando resolução que regulamentaria a outorga de lançamento, mas para tanto realizariam seminário para discussão do tema e que haveria uma dificuldade na identificação das competências. Disse ainda que estariam tentando regulamentar a fiscalização. A **Sra. Célia Poeta (SMA/SP)** informou sobre a criação da Agência Ambiental Paulista que englobaria as agendas cinza e verde e seus impactos, sendo inicialmente unificados os espaços físicos e após mudança legislativa, também os atos administrativos. A **Sra. Célia Fróes (IGAM/MG)** em continuação ao assunto apresentado pela Sra. Célia Poeta, disse que essa seria uma tendência em todos os estados e que a unificação não seria somente na análise e sim nos atos. Disse temer que os recursos hídricos ficassem como um simples apêndice dentro do licenciamento, mas que o fato seria muito recente para ser julgado. A **Sra. Vera Castro (CERH/RN)** informou que essa integração foi tentada no Estado RN, mas não obteve êxito. A **Sra. Patrícia Boson (Indústrias)** comentou que ao seu ver, a SRHU haveria perdido espaço, estando rebaixada a uma diretoria e que não enxergava relação de gestão em inserir o ambiente urbano, um usuário, na Secretaria de Recursos Hídricos. Disse ainda da necessidade de um movimento nacional para que os recursos hídricos não perdessem espaço e que a ANA estaria sozinha sendo temeroso que a ANA fosse inserida no IBAMA, diante dessas mudanças. O **Sr. Luiz Pinheiro (CERH/BA)** complementou dizendo que não seria somente perda de espaço podendo ser perda de comprometimento e que seria complicada a uniformização diante dos dois sistemas envolvidos e os dissensos existentes em alguns casos. Sugeriu que fosse feito um contra

movimento levando o fato até a sociedade. **O Sr. Marcelo Diniz (CERH/ES)** informou a participação na reunião temática realizado pela ANA referente a declaração de reserva de disponibilidade hídrica, juntamente com representantes de TO, MS e SC, assim estimulou a continuidade da reunião temática para os demais estados. A **Sra. Célia Fróes (IGAM/MG)** ainda completou dizendo que a integração seria uma parceria e não a extinção de uma instituição e sugeriu uma mobilização junto com a ANA. Finalizando a reunião, ratificou a data dos dias 25 e 26 de julho para a próxima reunião cujos assuntos seriam a Resolução ANA nº 399/04, com apresentação de casos pelo Sr. Diógenes e a Sra. Vera, além do parecer sobre drenagem urbana a ser apresentado pelo Sr. Leonardo e a Sra. Célia Fróes e que no dia seguinte seria a 6ª Reunião do GT Revisão da Resolução CNRH nº 12. [Item 5 – 5ª Reunião do GT da Revisão da Resolução CNRH nº 12.](#) Às 14h30 foi iniciada a 5ª Reunião do GT onde foi relembrada a profícua apresentação sobre as experiências referentes ao enquadramento em São Paulo. Lembrou que o texto em análise originou de uma proposta apresentada pela representante das Indústrias (IBRAM). Acordaram que o texto original da Resolução CNRH nº 12 não fosse abandonado, assim resgatando artigos favoráveis como os artigos 4º e 9º. Lembraram também que enquadramento não seria diagnóstico, sendo este uma etapa do enquadramento. Ainda comentaram que a Resolução CNRH nº 12 estaria muito estática, mas que o enquadramento seria um processo, necessitando de retroalimentação e que a parte mais importante do processo seria a proposta de enquadramento. As análises ficaram concentradas no art. 5º.

Ata aprovada na 58ª reunião, realizada nos dias 30 e 31 de agosto de 2007.

Leila de Carvalho Gomes
Presidente da CTPOAR

Raquel Scalia Alves Ferreira
Relatora da CTPOAR